

Urbanização Recente na Região Nordeste: dinâmica e perfil da rede urbana

*Cátia Lubambo**
Ana Flávia Campello[†]
*Maria do Socorro Araújo**
*Maria Lia Corrêa de Araújo**

Introdução

Nas quatro últimas décadas, vem se consolidando no Nordeste um processo de urbanização de rapidez e intensidade significativas. No entanto, os processos de crescimento econômico e de desenvolvimento social dessa mesma região têm sido profundamente heterogêneos e descontínuos entre as áreas que atingem. Dessa heterogeneidade e descontinuidade tem surgido o delineamento de novas (micro) regiões - novos centros dinâmicos – que passam a ser destino preferencial dos fluxos migratórios. Por resultante, caracteriza-se um novo espaço regional, onde se distinguem os eixos diferenciados, marcados por aglomerações e centros com dimensões e perfis urbanos os mais variados, além de novas tendências no desenho da rede de cidades.

Na perspectiva da formulação e implementação de políticas mais adequadas e efetivas que tenham como base os efeitos da urbanização, o presente artigo focaliza e discute esses aspectos levantados. Aponta a necessidade de se lançar um olhar sobre as especificidades dos municípios e das microrregiões e chama a atenção para a existência e convivência de vários “nordestes”. O presente texto foi desenvolvido no âmbito do projeto *Metodologia para a Elaboração de Planos Diretores Municipais*, uma parceria entre a Fundação Joaquim Nabuco e a Caixa Econômica Federal, ao qual somaram-se dados de alguns trabalhos anteriores¹.

* Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais – INPSO da Fundação Joaquim Nabuco.

[†] Jornalista.

¹ *Campo, Vila ou Cidade: onde vive a gente do nordeste?* A trajetória da urbanização de 1960 a 1991, de autoria de Cátia Wanderley Lubambo, Pery Teixeira e Taís Santos, publicado nos Anais do V

Procurou-se ampliar o foco de abordagem, adicionando-se à análise os dados referentes às tendências regionais, ao mesmo tempo em que foram atualizadas as tabelas de modo a incorporarem-se as alterações registradas no Censo Demográfico de 2000.

Encontro Nacional da ANPUR, 1993; *Globalização e Regionalização: a urbanização fragmentada do Nordeste*, de autoria de Cátia Wanderley Lubambo, publicado nos Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR, 1995, e *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil*, sobre a configuração do sistema de cidades da Região Nordeste no período de 1980/91, uma publicação elaborada em conjunto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR/IR/UNICAMP, 1999.

1. A Dinâmica Recente da Região Nordeste

Características recentes da dinâmica de urbanização, apontadas exaustivamente pelas estatísticas oficiais, revelam que as tendências atuais de organização do espaço são, em grande parte, de origem extra-regional e que, para entendê-las, deve-se partir da identificação das singularidades desse processo de organização em nível nacional, bem como do grau interferência de tais condicionantes no desenvolvimento de qualquer região que se queira focalizar.

Desde 1960 tem sido adotada pelo IBGE a Divisão Regional que define as cinco conhecidas regiões do Brasil: Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. As transformações sócio-econômicas que se processam no país, contudo, têm exigido uma revisão dessa proposta, prevista, aliás, pelo próprio IBGE.²

Sob a perspectiva das alterações manifestas no conjunto do território brasileiro, é possível constatar o surgimento de novas unidades, de novas regiões, além da existência de novas sub-regiões em formação, que realmente se antepõem àqueles espaços figurativos de macrorregiões tradicionalmente utilizados em análises sobre essa temática. É possível verificar que, muitas vezes, são feitas referências a espaços que não existem mais, como consequência das mudanças já assinaladas que resultam em realidade marcada por um expressivo dinamismo em termos de ordenação do espaço brasileiro. Nesse sentido, revela-se uma consolidação das tendências a uma maior integração do país, articulada ao capital internacional, que tende a, não apenas destruir velhas regiões e, conseqüentemente, velhos conceitos de região, mas a redefinir e criar novas porções territoriais com dinâmicas próprias.

Apesar de algumas interpretações disseminadas e utilizadas nas práticas institucionais do Governo Federal, o movimento da economia e, particularmente, os fluxos de produtos e da força de trabalho no país levam a perceber o território brasileiro a partir de uma visão integrativa, que pressupõe alguns elementos do processo histórico de ocupação específico a cada região:

² Esse assunto tem sido foco de inúmeras discussões sustentadas por autores como VEIGA (2001.), BALSADI (2001) e outros.

- o papel da região na divisão inter- regional do trabalho;
- a dinâmica e espacialização do mercado de trabalho;
- o direcionamento da produção para o mercado interno e/ou externo;
- o maior ou menor grau de apropriação relativa do PIB pelas macrorregiões;
- a localização e concentração do parque industrial e do VTI;
- as relações inter- regionais com base no mercado de consumo;
- o grau de modernização agrícola;
- o grau de urbanização/metropolização.

Em termos metodológicos, é importante salientar que essa percepção sobre a necessidade de uma nova Divisão Regional está calcada em estudos sobre espacialização da economia brasileira, tal qual ela se apresenta hoje, e que, institucionalizada ou não, a (re) divisão regional existe de fato, redefinindo articulações, inclusive quanto ao espaço constituído hoje pela Região Nordeste (Ver Figura 1).

Assim, esse esforço de análise procura perceber a realidade regional a partir da sua dinâmica, considerando os processos de constituição dos fluxos, sua natureza e seus limites. Pretende-se compreender as razões das mudanças e das tendências desses processos para melhor orientar uma análise que se pretende sobre a dinâmica recente da urbanização nordestina.

As tendências atuais de consolidação da dinâmica regional se explicam, sobretudo, em função da definitiva integração dessa região ao cenário nacional. Vêm-se privilegiando espaços de produção onde a rentabilidade dos investimentos tende a se otimizar, ao mesmo tempo em que se desconsidera a tradicional divisão regional para o território brasileiro nas decisões locais dos investimentos públicos ou privados.

A integração do espaço econômico regional à dinâmica capitalista nacional vem se processando a partir dos anos 30, com a emergência de um padrão de acumulação urbano- industrial e a concomitante consolidação do mercado interno à escala nacional. Os estudos demonstram que a economia nacional, até então, era

de fato constituída pelo “somatório” das economias regionais, possuindo, cada uma delas uma certa autonomia, vis-à-vis das demais. Esse caráter de certa forma autárquico é rompido com a emergência da divisão inter-regional do trabalho, acompanhando a consolidação do padrão de acumulação urbano-industrial.

A partir da década de 70, com a implantação dos pólos industriais, o espaço nordestino passa a se integrar às regiões mais desenvolvidas como produtor de insumos básicos, estabelecendo novas articulações com os processos e com a dinâmica do país.

Atualmente, a partir da identificação de novas tendências e de peculiaridades manifestas no contexto do Nordeste, evidenciam-se alguns macroeixos econômicos no âmbito da região. Desse modo, revela-se um movimento aparentemente contraditório de estreitamento das relações econômicas sob uma perspectiva nacional, sem que se percam, todavia, algumas características definidoras de uma identidade regional, que adquirem vitalidade, no mínimo, como recorte analítico valioso à apreensão das especificidades locais, em especial no que se refere à dimensão político-cultural. A esse respeito, o estudo realizado por Albuquerque (1999) ressalta, justamente, os interesses das elites nordestinas expressos em um discurso marcado por conceitos como região e desigualdade (regional). Trata-se, portanto, de visões de mundo que retratam, em última análise, as contradições presentes em tais processos de articulação dos capitais em níveis nacional e internacional, secundados pelas várias formas sob as quais se explicitam esses movimentos.

2. Caracterização do Novo Espaço Regional

A regionalização apresentada aqui, referente aos subespaços regionais nordestinos, constitui uma abordagem heterodoxa, buscando ultrapassar os marcos das regionalizações convencionais até então utilizadas. O quadro analítico que informa essa abordagem privilegia os fluxos efetivos e potenciais que os subespaços mantêm entre si e com o macroespaço nacional. As potencialidades dos diversos subespaços são consideradas não só em relação ao conjunto de

fatores existentes, mas, sobretudo, em relação à sua articulação com os processos socioeconômicos mais gerais emergentes.

Isso significa que, na dinâmica da economia nacional, a Região Nordeste não está necessariamente condenada a desempenhar um papel secundário. De fato, as transformações históricas e recentes que a economia regional atravessou confirmam o elevado grau de produtividade dos investimentos aqui implantados. Se os mesmos não implicaram uma mudança nas condições gerais da economia nem na qualidade de vida da sociedade nordestina, isso deve ser explicado antes pelos mecanismos de distribuição do excedente, do que por uma incapacidade estrutural do Nordeste em acompanhar o avanço da economia brasileira.

É oportuno levantar algumas questões que atravessam a problemática da ocupação do espaço. O primeiro “mito” a questionar é o referente às diferenças regionais dos níveis de desenvolvimento do país. Com efeito, essas diferenças apesar de reais escondem processos homogêneos de ocupação do espaço, ao menos enquanto tendências. Ou seja, as diversidades regionais se estabelecem pela forma como são reproduzidos os efeitos do mesmo processo em cada região. Nesse sentido, a questão regional hoje no Brasil deve ser colocada em termos claros. Há que se detectar, sobretudo, os interesses que se beneficiam ou se prejudicam com a dinâmica econômica, tal qual ela vem se apresentando.

Uma segunda assertiva, também reconhecida como “mito”, refere-se às chamadas “disfunções espaciais” do Nordeste. Mistura-se, assim, uma ocupação aparentemente caótica do espaço urbano a uma ocupação rural, onde a tônica seria uma utilização igualmente irracional do solo. Esquece-se que os processos de ocupação do solo no Nordeste não se diferenciam de nenhum outro no restante do país; apenas um elevado grau de exploração do trabalho poderia caracterizar possíveis diferenças. É essa superexploração que vem, ao longo do tempo e do espaço, provocando inibições à modernização regional e reproduzindo estruturas sociais arcaicas. É bom que se saliente que, diferentemente do “mito” anterior, a responsabilidade por esse processo é muito mais de natureza intra-regional que decorrente das relações inter-regionais.

Cabe ainda lembrar que a ampliação do trabalho assalariado na cidade e, sobretudo, no campo ocorreu tardiamente no Nordeste em relação às demais regiões desenvolvidas do país, o que teria representado, sob determinada ótica, um elemento inibidor à modernização de um sistema produtivo e uma conseqüente consolidação de um mercado regional de bens industriais. Entretanto, é preciso verificar que se tratam de relações bem mais complexas, cuja explicação resultaria bastante restrita caso fique limitada a esse tipo de interpretação. Na verdade, ocorre no campo nordestino uma dinâmica de proletarização da força de trabalho – em particular nas localidades ocupadas por atividades agrícolas ligadas à monocultura – marcada pelas contratações irregulares de mão-de-obra, sobretudo nos períodos de colheita. A cultura da cana-de-açúcar, presente em extensas faixas do litoral nordestino, ilustra com grande pertinência esse tipo de prática, configurando formas de organização da produção onde a precariedade das relações de trabalho camufla a verdadeira amplitude do assalariamento na região.

Nesse sentido, convém retomar as observações de Albuquerque (1999) sobre o discurso das elites nordestinas na defesa de seus interesses, no qual o tema das desigualdades inter-regionais se reproduz como argumento para a reduzida capacidade de expansão de alguns setores produtivos. Do mesmo modo, há que se mencionar o caráter excludente das políticas públicas direcionadas, em particular, ao setor rural, que privilegiaram determinados segmentos e territórios, em detrimento de outros (Cf. Palmeira, 1989: 97- 98; Palmeira & Leite, 1997; Graziano da Silva, 1993, dentre outros).

Na realidade, prevaleceu no Nordeste o que alguns autores denominam de “modernização sem ruptura, ou seja, uma modernização que ocorre sem uma alteração significativa da arcaizada estrutura de distribuição da propriedade rural” (Rego, 1993:25).

Sem dúvida, o citado conjunto de condicionantes identificados no contexto do setor agropecuário nordestino repercute, ainda que indiretamente, no processo de implantação e de desenvolvimento da indústria no Nordeste, cujas dificuldades têm alimentado algumas teses sobre a falta de visão empresarial dos grupos

econômicos da região, sugerindo que os mesmos “não acompanham a dinâmica da economia e da integração nacional”.

A combinação das formas de ocupação do espaço, as especificidades decorrentes das características histórico-culturais, considerando-se as várias configurações que assumem no contexto intra-regionais, bem como as diferenciações associadas à disponibilidade de recursos naturais produziram uma acentuada heterogeneidade dentro da própria região. Tais distinções resultaram numa expansão e numa ocupação do espaço que se deu do litoral em direção ao oeste (Cf. Andrade, 1979).

Ainda que o processo de urbanização tenha se consolidado e se generalizado em toda a Região Nordeste (Ver Tabela 1), é possível distinguir três grandes eixos de arranjos produtivos dentro da região: (1) Litorâneo, (2) Central e (3) Oeste (Figura 2).

Tabela 1 – Evolução da População Urbana Total e da População dos Estados e da Região

Estados	População urbana Total				
	1960	1970	1980	1991	2000
Maranhão	166.294	316.488	641.380	1.173.888	2.158.668
Piauí	139.957	276.620	540.685	842.617	1.045.018
Ceará	468.293	775.191	1.998.899	3.117.953	4.144.198
R.G. do Norte	193.109	360.234	611.826	1.015.040	1.277.754
Paraíba	299.944	547.163	849.947	1.302.090	1.496.504
Pernambuco	1.069.771	1.979.979	2.974.149	4.047.773	4.901.502
Alagoas	153.305	365.281	584.379	995.841	1.329.420
Sergipe	112.516	202.800	342.452	677.025	875.062
Bahia	959.725	1.738.848	3.100.040	4.772.325	6.234.765
Nordeste	3.562.914	6.562.604	11.643.757	17.944.552	23.462.891
Estados	População Total				
	1960	1970	1980	1991	2000
Maranhão	448.509	818.134	1.255.156	1.972.008	3.364.070
Piauí	289.152	536.612	787.994	1.366.218	1.788.590
Ceará	1.124.829	1.780.093	2.810.351	4.158.059	5.315.318
R.G. do Norte	435.189	737.368	1.115.158	1.668.165	2.036.673
Paraíba	707.828	1.002.156	1.449.004	2.051.576	2.447.212
Pernambuco	1.856.689	2.810.843	3.783.264	5.046.535	6.058.249
Alagoas	428.228	631.739	976.536	1.481.125	1.919.739
Sergipe	295.929	415.415	617.796	1.001.940	1.273.226
Bahia	2.083.716	3.085.484	4.660.305	7.007.729	8.772.348
Nordeste	7.670.069	11.817.844	17.455.564	25.753.355	32.975.425

FONTE: IBGE. *Censos Demográficos, 1960- 2000.*

2.1 Eixo Litorâneo

As raízes históricas que deram origem à Região Nordeste e à ocupação do espaço nacional encontram-se no eixo litorâneo, correspondendo às mudanças dos ciclos produtivos que se sucederam no país. Inicialmente, os espaços produtivos foram comandados por núcleos urbanos sem qualquer vinculação entre si, servindo como ponto de escoamento para o exterior e como entrada de importações.

A rede urbana surgiu, assim, em decorrência desse mercado exterior e foi se definindo com a formação das primeiras vilas-portos. Posteriormente, a colonização se afasta da costa, em direção aos vales dos rios, formando caminhos

e povoações que se ligavam também aos portos para escoamento da produção, não se desenvolvendo, contudo, uma rede urbana integrada.

Na economia agro-exportadora, as cidades não se caracterizavam como “lugar de produção”. Essa função foi sendo, pouco a pouco, incorporada às funções urbanas com o aparecimento e a consolidação da atividade industrial. Para o Nordeste, a economia apresentou ciclos específicos, os quais somente a partir dos anos sessenta passaram a comportar-se segundo os movimentos da economia nacional.

Esse processo condicionou uma ocupação regional, caracterizada por uma concentração da população na área rural. Em 1980, a Região Nordeste tinha população rural de 17,2 milhões de pessoas, equivalente a 44,7% da população rural total do país. Embora o número absoluto de residentes da zona rural tenha sido reduzido para 16,7 milhões em 1991, essa diminuição se deu de forma mais lenta do que no resto do território nacional. Apesar de a população urbana nordestina ter um aumento significativo de 17,6 para 25,8 milhões na década de 80, só chegou a representar 23% da população urbana do país em 1991. Atualmente, a Região concentra **o maior contingente populacional do país**, com 44,7 milhões de habitantes, dos quais 14,7 milhões vivem nas zonas rurais. A evolução do grau de urbanização e a participação das cidades com 20.000 habitantes e mais, podem ser visualizadas na Tabela 2.

Tabela 2**Nordeste****Evolução do Grau de Urbanização dos Estados e da Região
e Participação Relativa das Cidades com 20.000 e mais habitantes 1960- 2000**

Estados	Grau de Urbanização					Participação das Cidades com mais de 20 mil habitantes				
	1960	1970	1980	1991	2000	1960	1970	1980	1991	2000
Alagoas	33,7	39,8	49,3	58,9	68,1	12,1	23,0	29,5	39,6	47,1
Bahia	34,8	41,2	49,3	59,1	67,1	16,0	23,2	32,8	40,3	47,7
Ceará	33,7	40,8	53,1	65,4	71,5	14,0	17,8	37,8	49,0	55,8
Maranhão *	18,0	27,3	31,4	40,0	59,5	6,7	10,6	16,0	23,8	38,2
Paraíba	35,1	42,1	52,3	64,1	71,1	14,9	23,0	30,7	40,7	43,5
Pernambuco	44,9	54,5	61,6	71,1	76,5	25,9	38,4	48,4	56,8	61,9
Piauí	22,9	31,9	36,8	52,9	62,9	11,1	16,5	25,3	32,6	36,8
Rio Grande do Norte	37,6	47,6	58,7	69,1	73,3	16,7	23,2	32,2	42,0	46,0
Sergipe	38,9	46,1	54,2	67,2	71,4	14,8	22,5	30,0	45,4	49,0
Total	299,6	371,3	446,7	483,8	621,4	132,2	198,2	282,7	370,2	426,0

FONTE: IBGE. *Censos Demográficos 1960- 2000.*

* A participação das cidades definiu-se pela relação entre a soma da população das cidades com 20.000 e mais habitantes e a população total do estado.

Por ser responsável pela promoção da integração da região tanto ao mercado exterior (na época colonial), quanto ao mercado interno (atualmente), o eixo litorâneo foi, ao longo do tempo, privilegiado nos seus investimentos em infraestrutura. Esse fator foi determinante na consolidação da economia urbana da região, localizada nessa área. É aí que se situaram as três regiões metropolitanas do Nordeste (Ver Figura 3). Essas concentravam em 1991, 28,5% da população urbana da região, conforme a Tabela 3, apresentando um ligeiro declínio para 27,5% em 2000.

Tabela 3 – Regiões Metropolitanas: População Urbana e Total e Participação da População Urbana na População do Estado – 1980 a 2000

Regiões Metropolitanas	1980		1991		2000 *		%s/ Pop. Urb.Est.			%s/Pop.Tot.Est.		
	Pop.Urban	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Total	1980	199	200	1980	199	2000
RM de Fortaleza	1.470.566	1.542.17	2.108.686	2.140.725	2.881.264	2.984.68	52,3	50,7	54,	27,8	33,1	56,2
		3				9			2			
Aquiraz	37.752	45.111	40.705	46.225	54.682	60.469	1,3	1,1	1,0	0,7	0,7	1,1
Caucaia	73.331	94.108	147.511	165.015	226.088	250.479	2,6	4,0	4,3	1,4	2,6	4,7
Fortaleza	1.307.611	1.307.61	1.765.794	1.765.794	2.141.402	2.141.40	46,5	42,5	40,	24,7	27,8	40,3
		2				2			3			
Maranguape	27.063	53.232	51.927	71.628	65.268	88.135	1,0	1,7	1,2	0,5	1,1	1,7
Pacatuba	24.809	42.110	53.501	60.024	47.028	51.696	0,9	1,4	0,9	0,5	0,9	1,0
Chorozinho					9.469	18.707				0,2		0,4
Eusébio					31.500	31.500				0,6		0,6
Guaiúba					15.611	19.884				0,3		0,4
Horizonte					28.122	33.790				0,5		0,6
Itaitinga					26.546	29.217				0,5		0,5
Maracanaú					179.170	179.732				3,4		3,4
Pacajus					34.301	44.070				0,6		0,8
São Gonçalo do Amarante					22.077	35.608				0,4		0,7
RM de Recife	2.079.293	2.273.76	2.728.520	2.775.150	3.218.317	3.320.53	55,0	55,0	53,	33,9	39,0	54,8
		1				6			1			
Abreu e Lima	41.369	47.058	70.099	76.568	77.696	89.039	1,1	1,5	1,3	0,7	1,1	1,5
Cabo	81.901	104.157	109.495	126.756	134.486	152.977	2,2	2,5	2,2	1,3	1,8	2,5
Camaragibe	66.992	66.993	99.431	99.431	128.702	128.702	1,8	2,0	2,1	1,1	1,4	2,1
Itamaracá	6.501	8.256	8.609	11.602	12.930	18.945	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3
Jaboatão dos Guararapes	290.509	330.414	419.148	486.774	568.474	581.556	7,7	9,6	9,4	4,7	6,8	9,6
Moreno	26.229	34.943	31.498	39.059	38.294	49.205	0,7	0,8	0,6	0,4	0,5	0,8
Olinda	266.751	282.203	341.059	341.059	360.554	367.902	7,1	6,8	6,0	4,3	4,8	6,1
Paulista	55.269	118.689	207.252	211.017	262.237	262.237	1,5	4,2	4,3	0,9	3,0	4,3
Recife	1.183.391	1.203.89	1.296.995	1.296.995	1.422.905	1.422.90	31,3	25,7	23,5	19,3	18,2	23,5
		9				5						
São Lourenço da Mata	60.381	77.149	71.249	85.889	83.543	90.402	1,6	1,7	13,	1,0	1,2	1,5
									7			
Araçoiaba					12.447	15.108				0,2		0,2
Igarassu					75.739	82.277				1,3		1,4

FONTE: IBGE. *Censos Demográficos 1980- 2000.*

(*) Para o ano de 2000 foram acrescidos 8 municípios: 8 na RM de Fortaleza; 4 na RM de Recife e 2 na RM de Salvador

Tabela 3 – Regiões Metropolitanas: População Urbana e Total e Participação da População urbana na População do Estado – 1980 a 2000 (Continuação)
Regiões Metropolitanas

	1980		1991		2000 *		%s/ Pop. Urb.Est.			%s/Pop.Tot.Est.		
	Pop. Urbana	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Total	1980	1991	2000	1980	1991	2000
RM Recife (cont.)												
Ipojuca					40.310	59.281			0,7			1,0
Itapissuma					16.330	20.116				0,3		0,3
RM Salvador	1.682.588	1.752.157	2.418.090	2.452.780	2.964.203	2.919.608	36,1	35,0	33,8	17,8	20,7	33,3
Camacari	62.335	74.753	108.170	113.615	161.727	154.402	1,3	1,6	1,8	0,7	1,6	1,8
Candeias	42.232	54.081	61.432	67.936	76.783	69.127	0,9	1,0	0,9	0,4	1,0	0,8
Itaparica	10.360	10.877	15.075	15.075	18.945	18.945	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2
Lauro Freitas	23.388	35.309	44.323	69.177	113.543	108.385	0,5	1,0	1,3	0,2	1,0	1,2
Salvador	1.499.588	1.501.981	2.070.296	2.072.058	2.443.107	2.442.102	32,2	29,6	27,9	15,9	29,1	27,8
São Francisco Conde	7.067	17.835	15.734	20.238	26.282	21.870	0,2	0,3	0,3	0,1	0,3	0,2
Simões Filho	25.592	43.578	44.529	72.585	94.066	76.905	0,5	1,0	1,1	0,3	1,0	0,9
Vera Cruz	12.026	13.743	20.262	22.096	29.750	27.872	0,3	0,3	0,3	0,1	0,3	0,3
Dias d'Ávila					45.333	42.673			0,5			0,5
Madre de Deus					12.036	11.599			0,1			0,1

FONTE:IBGE. *Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.*

(*) Para o ano de 2000 foram acrescentados 8 municípios: 8 na RM de Fortaleza; 4 na RM de Recife e 2 na RM de Salvador

Vale destacar que nesse eixo concentram- se as capitais dos estados, cujas trajetórias de crescimento são surpreendentes (Ver Tabela 4), e a maioria dos centros regionais e cidades com mais de 20.000 mil habitantes.

Tabela 4									
Evolução da População das Capitais Estaduais - 1960/2000									
Cidades	População Total					Taxa de			
	1960	1970	1980	1991	2000	Crescimento 1960/70	1970/80	1980/9	1991/0
São Luís	124.606	171.406	358.993	695.780	870.028	3,24	7,67	6,20	2,50
Teresina	100.006	190.256	339.042	556.073	715.360	6,64	5,95	4,60	2,82
Fortaleza	354.942	529.933	1.307.611	1.765.794	2.141.402	4,09	9,45	2,77	2,18
Natal	154.276	256.223	416.898	606.681	712.317	5,20	4,99	3,47	1,80
João Pessoa	135.820	203.925	290.424	497.306	597.934	4,15	3,60	5,01	2,11
Recife	788.670	1.070.179	1.183.391	1.296.995	1.422.905	3,10	1,01	0,84	1,02
Maceió	153.305	248.667	392.254	582.645	797.759	4,96	4,66	3,66	3,53
Aracaju	112.516	182.386	287.934	401.676	461.534	4,95	4,67	3,07	1,64
Salvador	630.878	1.017.591	1.499.588	2.070.296	2.443.107	4,90	3,95	2,98	1,87
Nordeste	2.555.019	3.870.566	6.076.135	8.473.246	10.162.346	4,22	4,61	3,09	2,02

FONTE: IBGE. *Censos Demográficos 1960-2000*.

2.2 Eixo Central

Esse eixo reúne partes dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e o norte de Minas Gerais, abrangendo aproximadamente 38,6% da área total do Nordeste, com um percentual aproximado de 27% da população total dessa macrorregião.

É importante insistir em que essa divisão não implica limites rígidos, caracterizando- se, sobretudo, por macro- tendências homogêneas. Assim é que, nesse mesmo eixo, identificam- se áreas de sertão, vales irrigados e áreas de exceção (manchas úmidas), caracterizadas por espaços de baixa densidade demográfica, e uma rede urbana de incipiente estruturação (MELO, 1978; LINS & SULTANUM, 1985). Incluem- se nesse eixo as Chapadas Diamantinas e do Araripe, com participação expressiva na produção mineral do quadro econômico nacional e importante papel no processo de ocupação recente de expansão de

fronteiras. Destaca-se ainda a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a qual pela sua extensão extrapola a própria Região Nordeste, podendo ser considerada elemento integrador dos espaços intra e inter-regionais.

O eixo central foi historicamente ocupado em função de uma economia que privilegiou uma especialização na pecuária e em algumas poucas culturas alimentares, consubstanciando o que Furtado chamou de “complexo latifúndio-minifúndio” no Nordeste (Furtado; 1969).

Posteriormente, com a produção do algodão impulsionada pelo mercado externo, estrutura-se uma incipiente rede urbana. Após o arrefecimento da exportação da produção algodoeira, o mercado local passa absorver a produção, atendendo à demanda da indústria já em expansão. Com a abertura de estradas, a distribuição de energia e uma estrutura fundiária menos concentrada, diversifica-se a produção nessa área e verifica-se um conseqüente crescimento das cidades nesse eixo, sobretudo, nas cidades de maior concentração de população e renda, provocando o desenvolvimento de médias indústrias.

Tendo-se como referência às últimas décadas, verifica-se que, com a integração da economia nordestina à nacional, cresce a importância do assalariamento como forma de contratação da mão-de-obra no Eixo Central. No que toca particularmente às áreas rurais, trata-se de uma mudança dos padrões anteriormente prevalentes, intrinsecamente vinculada a fatores de forte influência na configuração da realidade atual, tais como: (a) concentração da propriedade fundiária; (b) introdução de novas culturas que requerem mão-de-obra com níveis de qualificação mais elevados; (c) adoção de técnicas produtivas poupadoras de mão-de-obra.

Esses vários condicionantes certamente contribuíram para acelerar o êxodo das áreas rurais, com a migração de contingentes populacionais para cidades da própria região ou situadas no Sudeste ou no Centro-Oeste do país, consolidando-se, assim, a já mencionada tendência à urbanização.

Na área abrangida pelo eixo acima referido, o principal elemento propulsor do movimento migratório campo-cidade foi a expansão da atividade pecuária (pouco absorvedora de mão-de-obra). Podem-se observar os diferenciados índices de crescimento das cidades de médio e grande porte com relação às cidades menores e à população rural (Ver Tabela 5). Assim, pode-se concluir que a generalização ou, no mínimo, a propagação de formas de produção monetarizadas, rompe com mecanismos de exploração do trabalho baseados em relações como a parceria, o pequeno arrendamento, o comodato (que, eventualmente, têm como referência laços de dependência pessoal frente aos proprietários dos meios de produção) e consolida a estrutura econômica nos moldes da que predomina no Sul e no Sudeste do país: assalariamento (muitas vezes materializado sob formas extremamente precárias de contratação, totalmente à margem da legislação específica), urbanização, esvaziamento da população do campo, etc.

Apesar de o eixo central se caracterizar como a área que, por excelência, sofre os efeitos do fenômeno da seca, esse subespaço apresenta um grande potencial de desenvolvimento ante a perspectiva da irrigação. A introdução de tecnologias de irrigação na região representou um avanço significativo em termos do controle do risco inerente à produção agrícola, seja ele decorrente de fatores climáticos, como a irregularidade das chuvas e as secas periódicas, seja resultante de problemas como pragas, ausência de crédito ou de assistência técnica apropriada. Nesse sentido, constata-se que, como elemento dinamizador, provocou alterações internas e externas à estrutura da produção agrícola, com repercussões positivas sobre a economia urbana. Por exemplo, no Submédio São Francisco localiza-se o complexo urbano-industrial Petrolina/Juazeiro, cuja economia agroindustrial apresentou um expressivo desempenho nas décadas de 70-80, provocados pelo aumento de sua área irrigada, através de projetos públicos e privados.

Na descrição das características mais relevantes do Eixo, cabe uma referência ao norte do estado de Minas Gerais, região caracterizada também pela predominância dos cerrados, constituindo-se numa área de base produtiva rural. Há uma diversificada rede troncal de transportes: ferrovia Belo

Horizonte/Salvador, hidrovía Pirapora/Juazeiro/ Petrolina e rodovia asfaltada com conexão entre os principais centros urbanos da região e do país. Nesse pólo, merece destaque o centro urbano de Montes Claros, devido à posição estratégica que ocupa na rede de infra-estrutura e pelas potencialidades de desenvolvimento.

2.3 O Eixo Oeste

O eixo oeste compreende a área do Maranhão, que sofreu os impactos diretos do Programa Grande Carajás, agregado aos tabuleiros do sul desse estado, ao sudeste do Piauí e parte do oeste baiano. Predominam baixas densidades demográficas (menos de 3 hab/km²) distribuídas em 39,8% (aproximadamente) da área do Nordeste, correspondendo a 14,3% da população regional total.

Na ocupação do espaço regional, do litoral para o interior, esse eixo sofre um processo de ocupação lenta, incipiente e de mais baixa estruturação, sendo utilizado como reserva do território nacional. Atualmente se define como fronteira do capital industrial, tendo como características exógenas fundamentais a subordinação da atividade local à indústria externa e a lógica financeira presidindo à dinâmica econômica.

No eixo oeste (com impactos no eixo central), cumpre destacar a importância dos Cerrados Baianos, área que se apresenta como uma das mais dinâmicas na atual conjuntura da economia nordestina, ocupada por uma agricultura de grãos voltada, sobretudo, para o mercado externo, com base em processos tecnológicos avançados. A demanda de mão-de-obra e a sua inserção nas atividades produtivas vêm sendo feitas segundo padrões comuns às áreas de ocupação mais tradicional: o fenômeno dos bóias-frias aparece com muita evidência. É importante ressaltar que esse fenômeno significa, de fato, a sobrecarga dos custos de reprodução da força-de-trabalho para a economia

urbana, ou seja, são necessárias estratégias de reforço e reaparelhamento social das cidades da região, no sentido de garantir condições materiais de vida, compatíveis com as aspirações que decorrem da modernização. Essa ocupação vem provocando uma intensa valorização das terras e atraindo expressivo contingente populacional.

A estrada Brasília- Salvador é o principal eixo viário da região, destacando-se uma ligação mais intensa entre Barreiras e Brasília, dada à distância entre essas duas cidades (aproximadamente 600 km). Pelo que se percebe, certamente as atividades econômicas do oeste baiano voltar-se-ão completamente para a região geoeconômica de Brasília, em primeiro plano, e, secundariamente, para o sudeste do país (SANTOS, 1989).

A população expulsa do campo, somada àquela proveniente da migração sulista e de outros estados do país, concentra-se nas cidades de maior dinamismo, provocando um elevado e desordenado crescimento urbano na área. Trata-se, todavia, de uma mobilidade populacional pouco uniforme, observando-se uma convergência desses fluxos migratórios em direção à cidade de Barreiras, situada na confluência das rodovias BR-242 e BR-135, que se constitui num importante centro articulador intra-regional de bens e serviços, redefinindo seu papel de centro sub-regional para centro regional.

O dinamismo local verificado, no âmbito das relações econômicas e no da distribuição da população, produz efeitos evidentes sobre a rede urbana. Registra-se, por exemplo, o desenvolvimento de novas nucleações urbanas, como Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória, qualitativamente distintas dos antigos núcleos da região, onde a infra-estrutura de apoio à agricultura, como a logística para armazenamento e os serviços técnicos especializados, atende não apenas à demanda local, na medida em que tais atividades ocorrem em um contexto de articulação com outras cidades, extra-região ou país. No geral, tais nucleações congregam atividades econômicas de apoio à agricultura moderna, comércio (que inclui ramos diretamente ligados à agropecuária, a exemplo da oferta de insumos e implementos) e serviços.

As áreas correspondentes aos Cerrados Baianos encontram-se inseridas, portanto, no cenário e na lógica das relações mercantis nacionais e internacionais, representando, igualmente, um pólo onde predomina a moderna agricultura irrigada, que permite níveis de produtividade superiores aos verificados em outras localidades.

Quanto ao estado do Maranhão convém ressaltar que, embora sob o ponto de vista político-administrativo integre a Região Nordeste, ele apresenta elos bastante fortes com a Amazônia, na medida em que parte de seu território compõe a área de abrangência de Políticas Públicas voltadas para aquela região, a exemplo do Programa Grande Carajás, do qual também se beneficia parte do estado do Pará.

A multiplicidade de impactos desse Programa no espaço regional nordestino se traduz em significativas transformações sócio-econômicas. Ressalve-se, a propósito, o expressivo contingente de população itinerante atraído por novas oportunidades de trabalho geradas por grandes projetos, como o Carajás. O volume de recursos financeiros, técnicos e humanos mobilizados por programas dessa natureza repercute intensamente sobre a economia local e regional, redefinindo padrões de comportamento, para além dos limites das relações eminentemente econômicas. Pelo fato de figurarem como atrativo para o qual convergem detentores do capital e mão-de-obra especializada ou não, tais empreendimentos podem se transformar em pólos de desenvolvimento, quando não se firmam como enclaves.

As microrregiões piauienses estão circunscritas a áreas de baixa ocupação do solo, o que se explica, sobretudo, pela posição geográfica, pela influência da semi-aridez climática e pela predominância de uma pecuária ultra-extensiva. A pecuária, juntamente com o extrativismo vegetal e a agricultura de subsistência, constituem, assim, a base de uma economia pouco dinâmica, o que se deve, em parte, à fragilidade e à dispersão das atividades econômicas. No entanto, nota-se que a integração com as esferas econômicas nacionais, através da ocupação dos Cerrados, certamente desempenhará um importante papel no processo de

transformação do Eixo Oeste, no qual também estão localizadas as microrregiões piauienses.

Muito embora sejam identificadas peculiaridades que diferenciam cada um dos eixos acima citados, percebe-se que, em linhas gerais, a dinâmica socioeconômica regional e o processo de urbanização do país tiveram impactos significativos sobre o sistema urbano brasileiro, marcado por mudanças funcionais e espaciais no conjunto de cidades do país. Por outro lado, essa mesma dinâmica que se articula mais diretamente com os espaços urbanos remete a condicionantes que se definem no âmbito dos espaços e das relações predominantemente rurais, revelando-se, desse modo, um visível imbricamento entre esses dois cenários, onde se manifestam as várias dimensões da ação humana.

Sob essa perspectiva, foram abordadas, anteriormente, as tendências recentes de desenvolvimento das economias regionais: (a) tendências locais da atividade produtiva; (b) fenômenos da concentração e da desconcentração da atividade econômica; (c) diversificação do setor de serviços e mudanças ocupacionais relacionadas com tais alterações ³.

O enfoque do perfil e das tendências da rede urbana do Nordeste enfatiza a necessidade de se delimitarem alguns fundamentos conceituais, a exemplo de: rede urbana, entendida como *o conjunto funcionalmente articulado de centros hierarquizados e suas diferentes manifestações em termos de forças de suas unidades, constituindo-se uma estrutura territorial onde se dá a criação, a apropriação e a circulação do valor excedente* (CORRÊA, 1988:119).

A rede urbana nordestina experimentou um processo de adensamento populacional, caracterizando-se pela frágil organização no que concerne à distribuição populacional, de produção e de bens e serviços. Também é a região que concentra o maior número de famílias em situação de miséria e a que apresenta o menor grau de urbanização em relação às outras regiões. Durante o período intercensitário de 1991-2000, verificou-se uma redução da população

³ IPEA/IBGE/UNICAMP: Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil, in 1999:4.

nordestina, mais particularmente da população rural. Em todos os estados, o número de habitantes rurais foi reduzido em 1,9 milhões nesse período.

No período de 1991- 1996, a participação da população rural nordestina no total da população apresentou uma queda de 45,8%. A Tabela 5, adiante exposta, demonstra uma acentuada diminuição da população rural entre os anos de 1960- 2000. No último período intercensitário de 1991- 2000, o número de habitantes da área rural foi de menos 11,7 milhões. Nesse período, o estado que apresentou uma redução mais expressiva de habitantes foi o Maranhão, com 22,6 milhões de habitantes, quando o número de habitantes desse Estado já chegou a aumentar, entre as décadas de 70 a 80, em 26,1 milhões de habitantes.

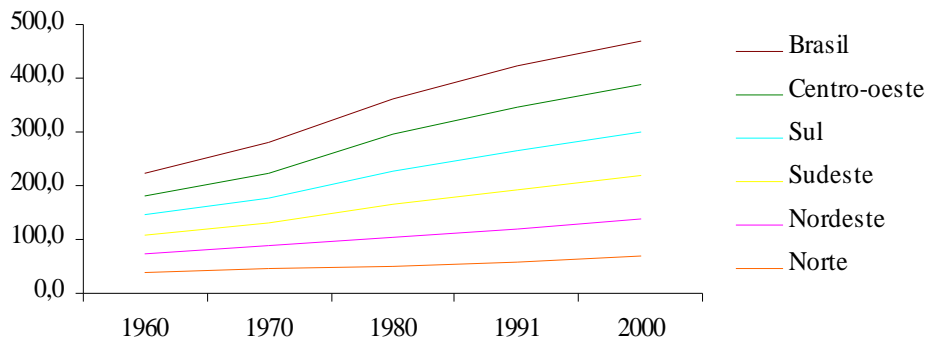
Tabela 5
Crescimento da População das Cidades de 20 mil habitantes e mais, das outras cidades e da População Rural por Estado 1960- 2000

Estado	População das cidades com mais de 20.000 hab. e mais				População das Outras Cidades				População Rural			
	60- 70	70- 80	80- 91	91- 2000	60- 70	70- 80	80- 91	91- 2000	60- 70	70- 80	80- 91	91- 2000
Maranhão	90,3	102,7	83,0	83,9	77,8	22,4	30,0	- 7,0	6,4	26,1	7,9	- 22,6
Piauí	97,6	95,5	55,8	24,0	74,3	- 4,9	111,7	3,4	17,4	18,1	- 10,1	- 13,2
Ceará	65,5	157,9	56,0	32,9	53,1	- 19,3	28,2	1,3	16,7	- 4,0	- 11,0	- 4,0
R. G. Norte	86,5	69,8	65,9	25,9	55,8	33,5	29,8	7,1	12,6	- 3,7	- 4,7	- 0,8
Paraíba	82,4	55,3	53,2	14,9	11,5	31,7	25,1	2,6	5,7	- 4,3	- 13,0	- 13,3
Pernambuco	85,1	50,2	36,1	21,1	5,6	- 2,6	23,4	- 1,9	3,1	0,4	- 12,0	- 10,4
Alagoas	138,3	60,0	70,4	33,5	- 3,1	47,2	23,7	- 1,6	13,5	5,2	2,6	- 12,5
Sergipe	80,2	68,9	97,7	29,3	15,9	29,5	18,0	11,6	4,5	7,6	- 6,2	4,4
Bahia	81,2	78,3	53,9	30,6	19,8	15,9	43,3	- 3,5	12,8	8,8	1,1	- 11,3

Nordeste	84,2	77,4	54,1	30,8	28,0	10,6	34,4	-1,0	10,4	6,5	-3,7	-11,7
----------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	------	-------

FONTE: IBGE. Censos Demográficos 1960- 2000

Gráfico 1 - Evolução do Grau de Urbanização das Regiões e do Brasil 1960-2000



Como já mencionado anteriormente, os movimentos populacionais que afetaram a formação da estrutura da rede urbana das cidades nordestinas definiram, conseqüentemente, as características do processo de ocupação dos espaços, ao tempo em que se mostram intrinsecamente associados à própria dinâmica da economia regional (surgimento de novas oportunidades de trabalho e renda em algumas áreas) e da nacional (diminuição da capacidade de absorção de mão-de-obra, em locais, para os quais regularmente convergiam os fluxos migratórios oriundos do Nordeste).

Durante o período de 1970-1980, verificou-se uma redução do movimento de nordestinos para outras regiões, em comparação com outros períodos, sendo de 2,3 milhões negativos para 1 milhão e 300 mil negativos, o que refletiu no aumento da malha urbana. São duas as razões: (a) a crise de 1980, que manteve a população nos estados e (b) a redução do crescimento vegetativo da população.

Em certas áreas, observou-se um deslocamento populacional para as microrregiões que integram áreas de cultivo de atividades agrícolas e de interesse turístico, com significativo impacto ambiental. Essas áreas

experimentaram o fenômeno da interiorização da urbanização, como já visto. O Vale do São Francisco, o Oeste Maranhense e os Cerrados Baianos, no Eixo Central, são algumas áreas que apresentam um grande contingente populacional em função de atividades econômicas.

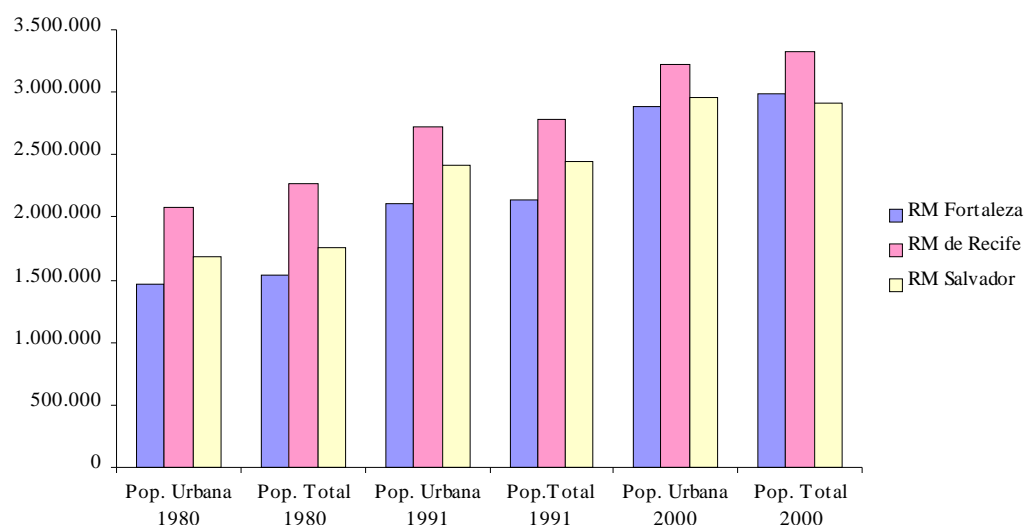
O fenômeno climático das secas, que periodicamente atinge espaços significativos da região Nordeste, ocasionou, ao longo dos anos, grandes movimentos migratórios no sentido campo-cidade. As estatísticas oficiais demonstram, no entanto, uma crescente diminuição dos contingentes de migrantes originários de municípios nordestinos com destino aos estados do Sudeste e do Centro Oeste do País. Fatores como a crise em atividades econômicas absorvedoras dessa mão-de-obra caracterizada pelos baixos níveis de qualificação, certamente contribuíram para o arrefecimento dos processos migratórios tradicionais, dando lugar a um movimento mais expressivo em direção a áreas urbanas dentro da própria região. A deterioração dos padrões de qualidade de vida nas zonas rurais – concentração da propriedade fundiária, violência associada a casos de grilagem de terras ou a rotas de plantio e de tráfico de drogas, caráter excludente das políticas sociais e de desenvolvimento, a ampliação do acesso à previdência rural, novos padrões de consumo, dentre outros fatores intervenientes – levaram à transferência de inúmeras famílias para as cidade de pequeno e de médio porte e, sobretudo, para as que se localizam nas áreas metropolitanas, intensificando-se, por esta via, formas de ocupação alheias a qualquer ação de planejamento urbano.

No que concerne especificamente à estrutura da rede urbana nordestina, há que se destacar o fenômeno da *litoralização*, representado pela grande concentração de habitantes nas faixas litorâneas, que correspondem ao sistema sub-regional agroexportador tradicional, relacionado à produção sucroalcooleira, ao plantio de cacau e à pecuária bovina, além das atividades turísticas.

Um traço marcante do perfil da rede urbana nordestina é a concentração populacional nas Regiões Metropolitanas do Nordeste, particularmente naquelas mais populosas - Fortaleza, Recife e Salvador -, conforme demonstrado no

Gráfico 2. O volume de habitantes se traduz mais expressivamente na RM de Fortaleza, que cresceu em 1,4 milhões de habitantes de 1980 a 2000. Enquanto que a RM do Recife apresentou números menores de 1,1 milhões de habitantes. No entanto, a RM de Salvador reduziu o seu número de habitantes ao longo desse período, sendo de menos 1,2 milhões. Numa visão mais ampla, em vinte anos a população urbana das três Regiões Metropolitanas cresceu conjuntamente em 3,8 milhões de habitantes. Uma análise da taxa de crescimento de cada uma das RMs será abordada mais adiante.

**Gráfico 2 - Regiões Metropolitanas
População Urbana e Total (1980-2000)**



Além da concentração de habitantes nas Regiões Metropolitanas, observa-se também a existência de aglomerações e centros urbanos de importância. No total, existem quinze aglomerações urbanas e 83 centros urbanos no Nordeste brasileiro. Os dados do Censo Demográfico de 2000 apontam que, nos 9 estados nordestinos, 395 municípios têm população inferior a 50 mil habitantes, conforme demonstra a Tabela 6. No que se refere aos municípios com população acima de 50 mil habitantes, os dados revelam que este número diminuiu para 146 municípios, o que representa um total de cerca de 23 milhões de habitantes, dos

quais 20,9 milhões estão concentrados nas áreas urbanas e apenas 2,7 milhões nas áreas rurais.

Tabela 6

Região Nordeste: quantidade de municípios e de cidades por Estado e por tamanho da população

<i>Estados</i>	Tamanho da população (número de habitantes)							
	<i>De 20.000 a 30.000 Hab.</i>		<i>De 30.000 a 40.000 Hab.</i>		<i>De 40.000 a 50.000 Hab.</i>		<i>Acima de 50.001 a 100.000 Hab.</i>	
	Municípios	Cidades	Municípios	Cidades	Municípios	Cidades	Municípios	Cidades
Alagoas	22	5	3	3	5	3	5	...
Bahia	79	27	29	7	15	6	26	13
Ceará	32	17	17	9	14	6	18	4
Maranhão*	31	14	20	6	6	1	11	5
Paraíba	13	2	4	2	2	4	5	2
Pernambuco	38	13	17	6	6	9	21	9
Piauí	8	3	6	1	2	2	3	1
Rio Grande do Norte	8	3	4	4	2		4	1
Sergipe	9	3	2		1	1	4	3
Nordeste	240	87	102	38	53	32	97	38

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2000*.

* Não estão disponíveis no IBGE os dados sobre população para os municípios S. L. Gonzaga do Maranhão, S. Raimundo do Doca e S. Raimundo das...

A partir do estudo sobre as tendências da rede urbana na Região Nordeste⁴, propõe-se uma classificação hierárquica para os perfis municipais, definindo-se os 5 grupos a seguir:

- **Grupo 1:** Regiões Metropolitanas que têm um papel de primazia na rede urbana, em decorrência da grande concentração populacional (acima de 2,5 milhões de habitantes), da elevada participação da população economicamente ativa (PEA) em atividades urbanas, das elevadas densidades populacionais e do nível de centralidade e de influência. Na hierarquia podem ser classificadas em: (6) MetrÓpole Global, (5) MetrÓpole Nacional e (4) MetrÓpole Regional;
- **Grupo 2:** Centros Regionais (50 mil a 280 mil habitantes), representam aquelas áreas que têm apresentado crescimento e concentração populacional relevantes para a região, também agregados em três

⁴ IPEA/IBGE/UNICAMP, 1999:106.

ordens distintas: 1) municípios integrantes do grupo com alto nível de centralidade e uma PEA urbana superior a 60%; 2) municípios inseridos nos grupos de nível baixo ou médio de centralidade, mas com uma PEA urbana superior a 50% e 3) municípios integrantes dos grupos de baixo nível de centralidade e uma PEA urbana abaixo de 50%. Na hierarquia podem ser classificados em (3) Centro Regional, (2) Centro Sub-Regional 1 e (1) Centro Sub-regional 2.

- **Grupo 3:** Os centros urbanos que apresentam índices percentuais mais elevados da PEA, no que se refere às atividades administrativas, além de índices percentuais semelhantes para os setores de prestação de serviços e do comércio de mercadorias. O Nordeste brasileiro abriga, hoje, oitenta e três centros urbanos, os quais concentram uma população de 6,4 milhões de habitantes, o que corresponde a cerca de 13,4% da população regional.
- **Grupo 4:** localidades que despontam com grande potencial de gerar novas centralidades definidas pela dinâmica microrregional e outros fatores específicos.
- **Grupo 5:** conjunto dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

A Figura 3 apresenta o conjunto de cidades do grupo 1, 2 e 3 e a Tabela 7 apresenta a distribuição das metrópoles, dos centros regionais e urbanos da região em cada estado.

**Tabela 7 Rede Urbana do Nordeste
Região e Estados**

Classificação da Rede Urbana	MA	PI	CE	RG	PB	PE	AL	SE	BA	Nordeste
Metrópole Nacional	1	1	1	3
Metrópole Regional
Centro Regional	2	1	...	1	1	1	...	6
Centro Sub-regional 1	2	...	2	2	4	10
Cetro Sub Regional 2	1	1	1	2	2	1	1	...	6	15

Centro Urbano 1	2	1	1	...	1	1	2	8
Centro Urbano 2	...	1	...	1	...	3	...	1	5	11
Centro Urbano 3	1	1	1	1	4

FONTE: Elaboração para este artigo

Partindo para uma visão mais detalhada da morfologia e funções da rede urbana regional, observaram-se características bastante particulares para as diferentes espacialidades. Com relação ao Grupo 1, que integra as Regiões Metropolitanas (RMs), verificou-se, no ano de 1996, que esses espaços concentravam 8,4 milhões de habitantes, o que representa 19,4% da população nordestina. Em 2000, o Censo registrou um total de 9,2 milhões de habitantes nessas mesmas regiões, o equivalente a 19,34 % da população nordestina. Quanto à taxa de crescimento anual, essas três regiões apresentavam 2,7% no período intercensitário de 1980-1991, e 1,64% de 1991 a 1996. Atualmente, segundo dados do Censo Demográfico, considerada a porcentagem de incremento médio anual, no período de 1991-2000, por Região Metropolitana, a RM de Fortaleza ocupa a primeira posição, com uma taxa de crescimento populacional de 2,47%. Em segundo lugar, a RM de Salvador, com 2,16% e, por último, a RM de Recife, com 1,51%.

Essas RMs representam os principais pólos centralizados de bens, serviços e da população da Região Nordeste. Com relação à população economicamente ativa urbana, essas três metrópoles apresentam os seguintes valores percentuais: Recife, 99,0%, Salvador, 99,2%, e Fortaleza, 98,4%. Os números mostram que Recife tem uma posição de maior destaque em relação às outras duas regiões. Quanto às atividades industriais, Fortaleza destaca-se com 24,9% da PEA, em segundo lugar aparece Salvador, com 21,4%, e em terceiro Recife, com 18,9%. No campo das atividades administrativas, em relação à prestação de serviços, as RMs de Recife, Salvador e Fortaleza, possuem índices percentuais da PEA semelhantes: 26,0%, 26,2% e 25,9%, respectivamente. Já quanto ao comércio de mercadorias, as metrópoles de Recife e Fortaleza superam Salvador. Vejamos a seguir os traços e características marcantes de cada uma dessas regiões.

Região Metropolitana de Recife

Em 1970, a RM do Recife consolidou-se como metrópole industrial e hoje é a segunda do Nordeste. No entanto, ao longo dos anos, alguns fatores interferiram de forma negativa para o ritmo de industrialização da RM⁵:

- processo de redefinição do padrão nacional de localização das empresas industriais, devido às fortes mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas do setor;
- término do período de incentivos fiscais (FINOR) para os investimentos realizados há mais de vinte anos;
- intensa guerra fiscal e de oferta de infra-estrutura, entre os estados e os municípios, para atrair empresas de grande porte, nacionais e estrangeiras e
- redefinição de novas fronteiras regionais de industrialização, baseada na desorganização política do trabalho.

A RM de Recife comporta hoje os seguintes pólos que impulsionam a economia local:

- pólo de bebidas (Suape, Igarassu e Itapissuma);
- pólo eletroeletrônico (PARQTEL – Curado)
- pólo de cerâmica (Cabo e Ipojuca);
- pólo químico (Cabo e Ipojuca);
- pólo têxtil (Ipojuca, Paulista e Camaragibe) e
- pólo médico (Ilha do Leite/Recife).

O comércio exterior ocupa uma posição relevante no contexto econômico regional. As importações ampliaram-se significativamente, passando de US\$ 310 milhões, em 1991, para US\$890 milhões, em 1995. Quanto às exportações, estas aumentaram seus valores de US\$ 336 milhões, no ano de 1991, para US\$ 574 milhões, em 1995 (ARAÚJO & GUIMARÃES, 1997).

Dados da Secretaria da Fazenda de Pernambuco demonstram que 60% do PIB estadual vêm do setor de serviços, 55%, do setor industrial, 15%, do setor agrícola, e 10%, do terciário, no qual se destacam as comunicações e a tecnologia da informação.

⁵ IPEA/IBGE/UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil*, 1999: 111.

Outros setores de destaque são os serviços públicos, pelo fato de a RM de Recife sediar órgãos como a CHESF, a Agência Regional do Itamaraty, o Escritório do BNDES e outros. Além disso, nela estão igualmente situados importantes centros de conhecimento, como universidades públicas e privadas, afora aqueles voltados à produção de matérias-primas e à expansão de atividades turísticas, sendo ainda reconhecida pela formação de recursos humanos qualificados.

Com relação ao mercado de trabalho, no conjunto dos municípios que compõem a RM do Recife observou-se uma redução significativa do número de vagas para os segmentos produtivos, principalmente o de serviços pessoais. O setor terciário recifense supera o setor industrial, assim como os demais setores econômicos, em termos de contribuição na formação do PIB, representando 76,1% da PEA. Em primeiro lugar ressaltam-se as atividades ligadas ao setor de prestação de serviços, com 26,0%; em segundo lugar, o de comércio de mercadorias, com 19,3%, em terceiro, as atividades administrativas, com 20,3%, e, por último, o setor secundário como um todo, com 18,9%.

Importa, ainda, assinalar que a RM do Recife, como de resto acontece em várias outras, comporta dois tipos de mercados: o formal e o informal. O primeiro caracterizado pelas empresas públicas e privadas constituídas e atuantes conforme o estabelecido na legislação, enquanto o informal corresponde, justamente, a pequenos negócios sujeitos a formas precárias de organização da produção e do trabalho, com efeitos negativos sobre os sistemas de arrecadação dos estados e dos municípios, que arcam com o ônus de uma crescente demanda por serviços básicos.

Região Metropolitana de Salvador

Em 1980, a RM de Salvador apresentou crescimento econômico elevado em decorrência do complexo petroquímico, da siderurgia do cobre, da produção de madeira, papel e celulose, da agroindústria de alimentos e, um pouco mais tarde, do turismo.

Atualmente, a RMS concentra mais de 80% da indústria de transformação, o que corresponde a $\frac{1}{4}$ do PIB estadual⁶. Por esta razão a malha urbana é bastante acentuada, com um grande contingente populacional, a exemplo das densas concentrações populacionais registradas em Salvador, na Ilha de Itaparica, em Lauro de Freitas e no Litoral de Camaçari. A cidade de Salvador abriga as principais empresas do estado, fato que tem contribuído para consolidá-la como importante centro regional que concentra as atividades industriais, as que se vinculam ao setor terciário, bem como aquelas ligadas ao mercado financeiro, centralizando, assim, no âmbito do estado da Bahia, a função de porto- exportador e de sede político- administrativa.

A rede urbana estadual é bastante heterogênea em decorrência dos complexos e modernos sistemas de produção instalados e pela concentração de elementos infra- estruturais, meios de comunicação e organismos financeiros e de instituições de ensino e pesquisa⁷.

Merecem igualmente realce as atividades que compõem o setor do turismo, importante elemento dinamizador da economia regional, que conta com atrativos valiosos no patrimônio histórico- cultural, no patrimônio paisagístico, ambos de inegável valor, além de dispor de uma ampla e bem instalada rede hoteleira e de centros culturais.

Com relação às atividades agrícolas, os municípios de Cachoeira, São Sebastião do Passé, Vera Cruz e São Francisco do Conde se destacam, na análise da distribuição da PEA, enquanto nos dados relativos ao comércio de mercadorias, o município de Itaparica se sobressai quando comparado com o de Salvador, apresentando uma PEA de 21,0% e 17,1%, respectivamente. Por outro lado, tendo- se como referência as atividades administrativas, registram- se valores percentuais mais elevados para dois municípios: Salvador, com a uma PEA de 18,5%, e Madre de Deus, com 12,9%.

⁶ IPEA/IBGE/UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil*, 1999: 115.

⁷ IPEA/IBGE/UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil*, 1999: 117.

Região Metropolitana de Fortaleza

A RM de Fortaleza destaca-se pelo seu moderno complexo industrial têxtil e de confecções, inserido em uma economia voltada principalmente para atender aos setores industrial e de serviços, mantendo a tradição de desenvolver atividades terciárias- comerciais.

Em 1996, as indústrias instaladas na RM de Fortaleza concentravam 58,7% do PIB do estado do Ceará.

O município de Fortaleza concentra, segundo o Censo Demográfico de 2000, cerca de 2,1 milhões de habitantes. É pertinente sublinhar que, no período de 1980- 1996, as taxas de crescimento da RM de Fortaleza foram maiores em relação às outras RMs. Em decorrência da centralização populacional e do desequilíbrio econômico- espacial, Fortaleza vem experimentando um processo de favelização, pelo fato de atrair um grande número de habitantes das zonas rurais que migraram para áreas urbanas, tais como Pacajus, Horizonte, Barreira e Acarape, as quais encontravam-se em fase de industrialização.

Numa tentativa de mudar esse quadro, o Governo do Ceará implementou um programa destinado a estimular a instalação de indústrias em municípios, privilegiando critérios de interiorização, com a finalidade de atrair incentivos fiscais para o estado. No ano de 1987, das 300 indústrias criadas, 99 haviam iniciado as atividades de produção.

Na RM de Fortaleza destacam-se os seguintes empreendimentos: ⁸

- aeroporto internacional;
- complexo industrial e portuário de Pecém;
- metrô de Fortaleza;
- siderúrgica cearense e
- gasoduto Guamaré.

⁸ IPEA/IBGE/UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil*, 1999: 122.

Com relação ao turismo, apesar de ser uma atividade que não contribui significativamente para o PIB do estado (2%, em 1996), a criação do aeroporto somada à ampliação da rede hoteleira na capital têm se revelado como elementos fundamentais para impulsionar esse ramo da economia.

Quanto ao mercado de trabalho, o setor que mais se destaca é o terciário, com 69,9% da PEA, em função das atividades de prestação de serviços e do comércio de mercadorias. O setor secundário apresenta para a capital de Fortaleza valores percentuais da PEA superiores às capitais Recife e Salvador, devido às atividades industriais, com 24,9%. O setor do comércio de mercadorias representa 19,1% da PEA.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Emprego - SINE, o mercado de trabalho de Fortaleza correspondia a uma PEA de 753.159 trabalhadores em 1996, o que representava 45,89% da população total (Centro Josué de Castro, 1998).

3. Considerações Finais

As quatro últimas décadas têm presenciado transformações radicais na estrutura e no formato da rede urbana no País, considerando-se, obviamente, as especificidades de cada região. No Nordeste, os contingentes urbanos na região passaram de 26,4% da população total em 1950, para 60,6% em 1991 e 69% em 2000, consolidando, assim, um processo de urbanização de importância numérica crescente em relação ao Brasil como um todo.

As análises mais correntes sobre a expansão da urbanização no Nordeste apontam, sobretudo, para a rapidez sob a qual se realiza o adensamento populacional nas cidades, destacando o crescimento da população como o fator determinante, sem explorar de maneira mais detida condicionantes relevantes como a dinâmica migratória. De modo geral, o êxodo rural tem sido apresentado como a razão quase exclusiva do processo de urbanização, atribuindo-se

reduzida atenção a outras particularidades envolvidas na questão. Há que se ressaltar, por exemplo, que o crescimento da população urbana nem sempre representa um indicador de uma ruptura desses novos habitantes das cidades no tocante às formas de organização da produção e do trabalho, na medida em que freqüentemente permanecem as ligações com atividades típicas do setor primário. Esse tipo de situação se revela com maior clareza em cidades de pequeno e de médio porte, onde a indústria e o comércio, quando existem, desempenham muitas vezes um papel complementar às atividades agropecuárias.

Sob esse prisma, vale a pena remeter aos estudos de Veiga (2001) que questionam, justamente, o conceito de urbano pautado exclusivamente pelo local de residência da população, inclusive porque os próprios limites do que se denomina como perímetro urbano também deve ser objeto de análises críticas, capazes de incorporar elementos adicionais, como densidades populacionais, atividades produtivas predominantes, dentre outros.

O processo de crescimento econômico do Nordeste é, no entanto, profundamente heterogêneo nas áreas que atinge. Tem se concentrado em manchas descontínuas, diferentemente das regiões centrais, caracterizando-se pela especialização, localizada geralmente, em um produto ou tipo de produto (frutas, legumes industrializáveis, soja, laranja, ferro, etc). Dessa heterogeneidade e descontinuidade tem surgido o delineamento de novas (micro) regiões, pois as áreas beneficiadas mais direta e rapidamente pelo incremento dos investimentos passam a constituir novos centros economicamente dinâmicos e, por isso, entre outros fatores, passam a ser destino dos fluxos migratórios. Nesse processo, têm papel decisor as aglomerações e os centros urbanos aí localizados, condicionando a coexistência de perfis distintos de municípios.

O caráter industrial e financeiro que predomina na dinâmica estabelecida com a modernização dá um novo impulso ao desenvolvimento urbano, redefinindo, simultaneamente, questões e problemas que são alvo das políticas públicas no país.

É nesse quadro de transformações que se identificou uma nova redivisão para a região e que se quer chamar a atenção para a existência e convivência de vários “Nordestes”. A extensão territorial, por si só, sugere conclusões nesse sentido, mas a multiplicidade recente de fluxos de investimentos e de população em várias direções, deixando a descoberto outras tantas áreas, obriga a que as análises sobre a Região Nordeste sejam cada vez mais aprofundadas. Em decorrência, a constatação de que a rede urbana na região tem uma hierarquia diferenciada, marcada pela centralização das regiões metropolitanas, exige um olhar sobre os municípios de menor porte e políticas específicas para as aglomerações e os centros urbanos em cada estado.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de (1999). *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez.
- ANDRADE, Manoel Correia de (1979). *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de (2000). *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, Fase.
- BALSADI, Otavio Valentim (2001). O novo rural paulista: evolução e perspectivas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. nº17. p81- 103.
- CAMARANO, Ana. (1988). *Urbanização e metropolização na região nordeste*. Anais do Encontro Nacional de Estudos sobre Crescimento Urbano, p:287- 311. FJN, Recife.
- CANO, Wilson (1985). *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930- 1970*. São Paulo: Global/UNICAP.
- CANO, Wilson (2000). Celso Furtado e a Questão Regional no Brasil. In: TAVARES, Maria Da Conceição. Org. (2000). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.93- 120.
- CENTRO JOSUÉ DE CASTRO/INSTITUTO PÓLIS (1998). *Desafios da gestão municipal democrática*. [s.l.:s.n].
- DAVIDOVICH, Fany (1977). *Funções Urbanas no Nordeste*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação IBGE.
- FURTADO, Celso (1969). *A Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GALVÃO, Marília; FAISSOL, Speridião (1969). Divisão Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 31 (4): 179- 218.
- Galvão, Marília (1977). *Sistemas de Cidades da Região Nordeste*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil / Fundação IBGE.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1993). A industrialização e a urbanização da agricultura. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.7, n. 3, pp. 2- 10, jul./set.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1998). Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: AGUIAR, Danilo; PINHO, José Benedito (edit.). *Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-SOBER, 1998. Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas- MG, 10- 14 de agosto de 1998. 2v.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1993). *Rede de influência de cidades*. Brasília: IBGE.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1999). *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil*. Brasília: IBGE.
- LINS, Carlos e SULTANUM, Ivonete (1985). *Espaços rurais do Nordeste: subsídios para uma política espacial*. Recife: SUDENE.
- LINS, Carlos José Caldas (1990). *Crescimento dos centros urbanos do Nordeste do Brasil no período 1960- 70*. Recife: FJN; Editora Massangana.
- LUBAMBO, Cátia e TEIXEIRA, Pery (1993). *Campo, vila ou cidade: onde vive a gente do Nordeste?* Anais do V Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, ANPUR.

- MARTINE, George (1994). A Redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. *Texto para Discussão*, nº 239, Brasília, IPEA.
- MARTINE, George; WONG, Laura (1994). *As Tendências Populacionais Recentes no Nordeste e suas Implicações para o Semi-Árido*. Brasília: IICA. (Trabalho preparado para o Projeto Áridas).
- MELO, Mario Lacerda de (1978). *Regionalização Agrária do Nordeste*. Recife: MINTER/SUDENE, Série Estudos Regionais, 3.
- MOURA, Hélio; Santos, Taís (1986). *Dinâmica demográfica recente dos estados e microrregiões: Nordeste 1960/1980*. Recife: FJN/DESPO.
- PALMEIRA, Moacir (1989). Modernização, estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 3, n.7, pp. 87- 108, set./dez.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio (1996). *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs.
- REGO, Murilo Leão. Dilemas da questão agrária brasileira: tem futuro a reforma agrária? *São Paulo em perspectiva*, v.7, n. 3, pp. 21- 29, jul./set. 1993.
- SANTOS, Milton. (1989). *O Processo de Urbanização no Oeste Baiano*. Recife: SUDENE.
- VEIGA, José Eli da (2001). *A encruzilhada estratégica do Brasil rural*. Texto apresentado no Seminário Brasil rural na virada do milênio. São Paulo, abril de 2001.